

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

AGRAVANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROCURADOR : CRISTINA MACHADO E OUTRO(S) - RS054287

AGRAVADO : VILMA DALL AGNOL BRUNETTO

ADVOGADO : EDILSON JUNIOR DOS SANTOS - RS077049

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. MAGISTÉRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NO PERÍODO PLEITEADO. A ALTERAÇÃO DESSE ENTENDIMENTO DEMANDA INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO CONSTANTE DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Hipótese em que o Tribunal *a quo* reconheceu que as atividades desenvolvidas pela parte autora qualificam-se como pedagógicas, podendo ser computadas para fins de Aposentadoria Especial de Professor.

2. Dessa forma, desconstituir a conclusão do acórdão recorrido, implicaria, necessariamente, em incursão no acervo fático-probatório constante dos autos. Tal providência, no entanto, é vedada nessa via recursal, em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

3. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo Interno do ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

